



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/DF

ESTUDO PRELIMINAR 39328599/2025-CPL/SELOG/SR/PF/DF

Processo nº 08280.001743/2025-76

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

1.1. Contratação de serviços de Administração, Gerenciamento e Fornecimento de Refeição/Alimentação para Custodiados sob a responsabilidade da SR/PF/DF, por meio de cartões eletrônicos/magnéticos, com chip de segurança em sistema informatizado, com rede credenciada de empresas no ramo de alimentação.

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. Prestação de serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de benefício refeição e alimentação, na forma de créditos em cartão eletrônico com chip de segurança, para ofertar alimentação aos custodiados da Superintendência de Polícia Federal no Distrito Federal – SR/PF/DF.

2.2. Considerando a necessidade do cumprimento das atribuições da Polícia Federal, incluindo a realização de prisões e, ainda, que outras forças necessitam conduzir seus detidos para ficarem sob a guarda e tutela da Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal, **faz-se necessário o fornecimento de 03 (três) refeições diárias aos presos custodiados sob responsabilidade desta instituição**, conforme cardápio exemplificativo que segue:

**Café da manhã:**

Em copo com tampa 250-300 ml de leite integral quente com café ou suco, achocolatado 200-300ml, na proporção máxima de  $\frac{3}{4}$  e  $\frac{1}{4}$  respectivamente (em embalagens separada ou juntos); pão de 50g, com manteiga e presunto ou queijo e presunto e uma fruta.

**Almoço:**

Marmitex quente e talheres descartáveis. Peso aproximado 800g. Arroz (200g), feijão (150g), carne (mínimo 150g), legumes ou verduras (150g), outros (massas, farofa, suflê, ovo, fruta, etc). **Não incluir nas proteínas pés, língua, rabo, bucho, rim, fígado, coração, moelas, pulmão ou peixe com espinhas pequenas.**

**Janta:**

Marmitex quente e talheres descartáveis. Peso aproximado 800g. Arroz (200g), feijão (150g), carne (mínimo 150g), legumes ou verduras (150g), outros (massas, farofa, suflê, ovo, fruta, etc). **Não incluir nas proteínas pés, língua, rabo, bucho, rim, fígado, coração, moelas, pulmão ou peixe com espinhas pequenas.**

2.3. No desempenho de suas atribuições finalísticas esta Superintendência recebe presos em operações realizadas, bem como detentos em flagrantes cujos crimes sejam da competência da Polícia Federal, conforme artigo 144 da Constituição Federal.

2.4. Dessa forma, surge o dever do Estado de prover assistência material, da qual decorrem alimentos necessários à subsistência das pessoas que estejam reclusas e encontrem-se sob sua tutela, em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana e prevalência dos direitos humanos, conforme Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui as normas para a execução penal, artigos 12, 40 e 41, Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994, do Ministério da Justiça, que fixou as regras mínimas para tratamento do preso no Brasil, artigos 3, 13 e 61, inciso III, bem como a Constituição Federal, art. 5º, incisos III, XLVII, alínea “e”, e XLIX.

2.5. Assim, para assegurar a continuidade do fornecimento de refeições aos custodiados que transitam nesta SR/PF/DF (celas de passagem na sede da Superintendência de Polícia Federal no Distrito Federal e na Delegacia Especial de Polícia Federal no Aeroporto Internacional de Brasília-DF); para garantir ao preso os seus direitos como ser humano, à luz do princípio da dignidade da pessoa humana.

2.6. Neste sentido, abriu-se o presente processo licitatório visando a contratação de empresa para prestação dos serviços de administração do benefício refeição, mediante fornecimento de cartões refeição/alimentação, a fim desta Superintendência realizar aquisições de refeições para seus custodiados em rede credenciada, visto que outras soluções de contratação anteriormente não se mostraram duradouras.

**3. ÁREA REQUISITANTE**

3.1. NO/DREX/SR/PF/DF

**4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1. REQUISITOS INDISPENSÁVEIS**

4.1.1. A prestação dos serviços será de forma continuada, sem fornecimento de mão de obra, tendo em vista que sua necessidade se prolonga por mais de um exercício financeiro no âmbito da SR/PF/DF.

4.1.2. A duração do contrato será inicialmente de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado à critério da Administração, no limite do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.3. Deve dispor de:

4.1.3.1. Vale Refeição: em cartão equipado com chip de segurança, para aquisição de refeições em estabelecimentos comerciais credenciados (restaurantes, lanchonetes, padarias, redes de fast food e similares), fornecedores de refeições prontas e alimentos in natura.

4.1.3.2. Vale Alimentação: em cartão equipado com chip de segurança, para aquisição de gêneros alimentícios, em estabelecimentos comerciais credenciados (hipermercados, supermercados de porte estadual e/ou regional, além de estabelecimentos como: armazém, mercearia, minimercado, açougue, peixaria, hortifrutigranjeiros e comércio de laticínios e/ou frios).

4.1.3.3. Deverão ser fornecidos cartões eletrônicos, em meio físico, com chip de segurança, ou tecnologia similar, obedecendo aos padrões técnicos e características físicas que garantam a segurança nos procedimentos de entrega aos usuários e utilização no pagamento das despesas;

4.1.3.4. Os cartões deverão ser novos e sem uso, mantendo elevado padrão de qualidade e segurança no processo de impressão e crédito, a fim de evitar

qualquer tipo de falsificação ou fraude;

4.1.3.5. Os cartões eletrônicos deverão ter senha individualizada, e ser entregues em envelopes lacrados com manual básico de utilização e o cartão bloqueado.

4.1.4. Após a assinatura do contrato, a primeira emissão de cartões deverá ser entregue no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do envio do arquivo eletrônico pela SR/PF/DF.

4.1.5. A empresa contratada deverá providenciar cadastramento de estabelecimentos para rede credenciada na cidade de Brasília/DF, preferencialmente nas imediações da SR/PF/DF.

4.1.6. A CONTRATADA deverá possuir central de atendimento 0800 ou similar e sistema eletrônico de gerenciamento do benefício via WEB e também por aplicativo, que possibilite autogestão, sem custos para a SR/PF/DF, a fim de atender ao setor responsável, visando um melhor atendimento, agilidade, confiabilidade e rapidez na resolução de possíveis problemas.

4.1.7. Os cartões deverão ser entregues na sede da SR/PF/DF.

4.1.8. Cada cartão deverá possuir a identificação indicada pela SR/PF/DF e/ou código de identificação próprio que facilite seu monitoramento.

4.1.9. O processamento das informações relativas às operações realizadas deverá ser de forma automática quando da efetivação da compra.

4.1.10. Um sistema informatizado deverá viabilizar o pagamento da compra junto aos estabelecimentos credenciados, por meio do cartão refeição/alimentação.

## 4.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.2.1. Executar o fornecimento dos cartões refeição/alimentação e a prestação dos serviços de administração do benefício refeição, bem como efetuar os créditos, nos moldes propostos por este Órgão.

4.2.2. Disponibilizar a rede credenciada em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.

4.2.3. Manter um elevado padrão de qualidade e segurança no processo de crédito nos cartões, a fim de evitar qualquer tipo de falsificação ou fraude.

4.2.4. Fornecer código eletrônico secreto e individualizado para cada cartão, preferencialmente em envelope lacrado.

4.2.5. Manter em funcionamento Central de Atendimento Telefônico (Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC) 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, em especial para solicitação de bloqueio.

4.2.6. Efetuar bloqueio imediato em caso de perda, furto ou extravio do cartão e efetuar a transferência de saldo remanescente para o novo cartão.

4.2.7. Dispor de sistema em meio eletrônico, através da rede mundial de computadores (Internet), para que a contratante realize consultas, acompanhamentos e operações relacionadas ao objeto da contratação.

4.2.8. Disponibilizar mensalmente relatórios contendo informações sobre bloqueios, valor total creditado no período, estornos (parciais e totais), entre outros.

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Para a presente contratação foi utilizado como parâmetro o percentual de Taxa de Administração sobre o valor a ser disponibilizado para aquisição dos alimentos.

5.1.1. Cumpru-se os requisitos da IN 65/2021, especialmente quanto à clara descrição do objeto a ser contratado, à identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa, tendo sido consultados o painel de preços, outros órgãos públicos, e também fornecedores.

5.1.2. Buscou-se verificar o valor médio da Taxa de Administração praticada no mercado. Porém, cumprindo os parâmetros do art. 5º da IN 65/2021, a pesquisa de preços para determinação do valor estimado apresentou os seguintes resultados:

5.1.2.1. Para o parâmetro do inciso I do art. 5º da IN 65/2021, o relatório gerado pela pesquisa não apresenta informações adequadas à contratação em comento, mesmo tendo sido aplicado os filtros adequados à busca de maior desconto da taxa de administração.

5.1.2.2. Quanto ao parâmetro do inciso II, foi realizado questionamento à outros órgãos públicos. Após prazo razoável, aqueles que responderam o fizeram com a negativa de deter contratação semelhante. Foram feitas pesquisas de contratações de outros órgãos, tendo-se encontrado variação de cobrança da Taxa de Administração entre 0% (zero por cento), e 3% (três por cento).

5.1.2.3. O parâmetro do inciso III não foi utilizado.

5.1.2.4. Também foi utilizado o parâmetro do inciso IV, tendo sido encaminhado solicitação de proposta de preços para fornecedores com cadastro no SICAF, de onde se colheu os dados de e-mail. Após prazo razoável, apenas três fornecedores responderam. O primeiro apresentou proposta e relação da rede credenciada no Distrito Federal, com Taxa de Administração cotada em 0% (zero por cento). O segundo e o terceiro declinaram de apresentar proposta alegando desinteresse nesse tipo de contratação.

5.1.2.5. Cabe esclarecer que no início dos estudos para a presente contratação, havia a perspectiva de realizar Dispensa Eletrônica sem disputa, visto que somente uma empresa retornou pesquisa de mercado. Porém a mesma apresentou CADIN irregular e, mesmo após concessão de prazo, não reverteu a pendência.

5.1.2.6. Buscou-se priorizar os resultados dos parâmetros dos incisos I e II, pelo que se estabeleceu aquele revelado pela priorização do inciso II.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Prestação de serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de benefício refeição e alimentação, na forma de créditos em cartão eletrônico com chip de segurança, para ofertar alimentação aos custodiados da **Superintendência de Polícia Federal no Distrito Federal – SR/PF/DF**, tanto em sua sede, no endereço **SAIS Quadra 7 - Lote 23 - Setor Policial Sul, Brasília-DF / CEP 70610-902**, quanto em sua unidade localizada no aeroporto, no endereço **Aeroporto Internacional de Brasília Presidente Juscelino Kubitschek, Área Especial, s/nº, Lago Sul, Brasília-DF / CEP: 71608-900**.

6.1. Trata-se de serviço comum, conforme inciso XIII, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, de natureza continuada, com vigência de 12 (doze) meses, prorrogável por até 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. A atividade se caracteriza como de custeio, visto estar relacionada às rotinas comuns da instituição, respeitando o art. 2º da Portaria nº 7.828/2022, que estabelece normas complementares ao Decreto nº 10.193/2019.

6.3. Para a referida contratação, que se dará por Dispensa de Licitação, com disputa eletrônica, e terá caráter continuado, com duração de 12 meses prorrogáveis por até 10 anos, prevê-se o valor anual de R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais), incluído o valor da Taxa de Administração que, no caso concreto, deverá ficar entre 0% e 3%, com a disponibilização de 03 (três) cartões eletrônicos com chip de segurança.

6.4. Os cartões serão alimentados com 30 créditos mensais, sendo, portanto, cada crédito equivalente ao valor mensal dividido por 30. (Valor mensal de R\$ 4.200,00 dividido por 30, perfaz crédito de R\$ 140,00).

6.5. Sobre a inclusão de créditos nos cartões, deverá ser possível à Contratante distribuir os trinta créditos equivalentes ao valor mensal previsto de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) entre os cartões, conforme sua conveniência.

6.6. Prevê-se o fornecimento de 03 (três) refeições diárias aos presos custodiados sob responsabilidade desta instituição, conforme cardápio exemplificativo que segue:

- I - Café da manhã: Em copo com tampa 250-300 ml de leite integral quente com café ou suco, achocolatado 200-300ml, na proporção máxima de ¾ e ¼ respectivamente (em embalagens separada ou juntos); pão de 50g, com manteiga e presunto ou queijo e presunto e uma fruta.
- II - Almoço: Marmitex quente e talheres descartáveis. Peso aproximado 800g. Arroz (200g), feijão (150g), carne (mínimo 150g), legumes ou verduras (150g), outros (massas, farofa, suflê, ovo, fruta, etc). Não incluir nas proteínas pés, língua, rabo, bucho, rim, fígado, coração, moelas, pulmão ou peixe com espinhas pequenas.
- III - Janta: Marmitex quente e talheres descartáveis. Peso aproximado 800g. Arroz (200g), feijão (150g), carne (mínimo 150g), legumes ou verduras (150g), outros (massas, farofa, suflê, ovo, fruta, etc). Não incluir nas proteínas pés, língua, rabo, bucho, rim, fígado, coração, moelas, pulmão ou peixe com espinhas pequenas.

- 6.7. Conforme esclarecimentos neste Estudo Técnico, especialmente no subitem 5.1.2.7, a contratação se dará por **Dispensa de Licitação**, com disputa eletrônica, na forma do inciso II, art. 75, da Lei nº 14.133/2021.
- 6.8. A instrução dos autos se procede conforme requisitos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, c/c ao art. 5º da IN 67/2022.
- 6.9. Os autos não necessitam de análise da Consultoria Jurídica da União – CJU/AGU, em razão do que dispõe a Orientação Normativa da AGU nº 69, de 13 de setembro de 2021, a seguir transcrita:

*"ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU Nº 69, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021"*  
*O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I, X, XI, XIII, e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 63054.001894/2021-82, resolve expedir a presente Orientação Normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:*  
*NÃO É OBRIGATÓRIA MANIFESTAÇÃO JURÍDICA NAS CONTRATAÇÕES DIRETAS DE PEQUENO VALOR COM FUNDAMENTO NO ART. 75, I OU II, E § 3º DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, SALVO SE HOUVER CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E ESTE NÃO FOR PADRONIZADO PELO ÓRGÃO DE ACESSORAMENTO JURÍDICO, OU NAS HIPÓTESES EM QUE O ADMINISTRADOR TENHA SUSCITADO DÚVIDA A RESPEITO DA LEGALIDADE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO. APLICA-SE O MESMO ENTENDIMENTO ÀS CONTRATAÇÕES DIRETAS FUNDADAS NO ART. 74, DA LEI Nº 14.133, DE 2021, DESDE QUE SEUS VALORES NÃO ULTRAPASSEM OS LIMITES PREVISTOS NOS INCISOS I E II DO ART. 75, DA LEI Nº 14.133, DE 2021."*

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

- 7.1. Compreende-se que a quantidade necessária para atender a demanda da SR/PF/DF é de 3 (três) cartões, sendo discricionariiedade da Contratante a distribuição dos créditos entre os cartões.
- 7.2. Para melhor compreensão da demanda, utilizou-se o histórico de despesas com alimentação de custodiados no exercício de 2024, que somou aproximadamente R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais) para aproximadamente 1.500 refeições.
- 7.3. Chegou-se ao valor de R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais) para o ano de 2025, tendo em vista o gasto mensal com alimentação no exercício anterior ter apresentado crescimento contínuo, estabilizando na média de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) entre os meses de setembro e dezembro.
- 7.3.1. O crédito diário compreende o valor para 03 refeições diárias, sendo 360 desjejuns, 360 almoços e 360 jantas, tratando-se de 1.080 refeições anuais.
- 7.3.2. Assim, definiu-se para esta contratação a quantidade de 360 créditos anuais.
- 7.3.3. Assim, segue a compilação dos quantitativos finais a serem contratados:

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE CARTÕES	QUANTIDADE DE CRÉDITOS MENSAIS	QUANTIDADE DE CRÉDITOS ANUAIS	VALOR ANUAL (R\$)	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (R\$)
1	19208	Cartão Refeição/Alimentação	03	30	360	ENTRE R\$ 48.900,00 e R\$ 50.400,00	ENTRE 0,00% e 3,00%	ENTRE R\$ 0,00 e R\$ 1.500,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (Valor Anual + Taxa de Administração)						R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais)		

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. A estimativa de preços/valores referenciais para esta contratação consta em Nota Técnica (SEI nº 39796255).
- 8.2. Os valores foram obtidos com base na combinação dos métodos de pesquisa constantes no art. 5º, incisos I, II e IV da IN SEGES/ME nº 65/2021.

8.3. O valor estimado anual da contratação é de **R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais)**.

#### 9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Não haverá parcelamento da solução por se tratar de contratação cujo fornecimento do objeto será realizado plenamente com o serviço de gerenciamento.

#### 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não foi identificada nenhuma contratação correlata ou interdependente.

#### 11. ALINHAMENTO ENTRE CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. Esta demanda está incluída no planejamento e contratações do exercício de **2025, DFD nº 138/2024**.

11.2. No tocante ao Planejamento Estratégico do órgão, a contratação pretendida consta na Resolução 005-CGPF/PF, de 12 de agosto de 2021, conforme transcrito a seguir:

*"Objetivo Estratégico: Conferir efetividade no Emprego dos Recursos.*

*Ação Estratégica: Padronizar a gestão de compras e contratações."*

#### 12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1. Por meio da contratação pretendida a SR/PF/DF poderá fornecer refeições adequadas aos custodiados, sendo estas café da manhã, almoço e jantar. O cartão refeição/alimentação facilitará o processo de compra da alimentação dos custodiados tendo em vista que, em razão da rede credenciada, haverá mais opções de estabelecimentos para realizar a aquisição.

#### 13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Informar à contratada a quantidade ideal de créditos mensais/anuais que deverão ser disponibilizados.

13.2. Realizar o levantamento da rede credenciada de estabelecimentos capazes de fornecer as refeições.

13.3. Que seja alinhado com o Núcleo de Operações desta Superintendência o procedimento adequado para o uso dos cartões, bem como para aquisição das refeições.

#### 14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. A contratada assumirá a responsabilidade por todos os itens componentes da licitação, inclusive seus consumíveis, mitigando-se riscos, racionalizando-se e aproveitando os recursos de forma eficiente.

14.2. Busca-se a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento das recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, de acordo com o Art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

14.3. Deve ser observado, pela Contratada, junto aos estabelecimentos credenciados, o cumprimento da Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária distritais e demais instrumentos normativos aplicáveis; como também a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, a Resolução RDC ANVISA 182, de 2017, alterada pela RDC 331/2019 e Resolução RDC 173/2006 – além de legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária distrital e demais instrumentos normativos aplicáveis.

#### 15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Declaramos viável esta contratação.

**Justificativa da Viabilidade:** Em função dos estudos realizados, conforme exposto no presente documento, considera-se viável a contratação pretendida nos moldes da solução apresentada, visando a contratação de serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de benefício refeição e alimentação, na forma de créditos em cartão eletrônico com chip de segurança, para ofertar alimentação aos custodiados da **Superintendência de Polícia Federal no Distrito Federal – SR/PF/DF**.

Brasília/DF, 17 de fevereiro de 2025.

**JOÃO SANTOS PEREIRA**

Agente de Polícia Federal

Requisitante Titular/Integrante Técnico Substituto

Presidente da Equipe de Planejamento

**VAGNER BOURLIER DE OLIVEIRA SILVA**

Agente de Polícia Federal

Integrante Técnico Titular/Requisitante Substituto

**FELIPE EDUARDO DE OLIVEIRA MARTINS**

Agente Administrativo

Integrante Administrativo

#### DESPACHO

1. **Concordo** com as justificativas e declarações exaradas neste Estudo Técnico Preliminar.

2. **Aprovo** este Estudo Preliminar tendo em vista atender o disposto para a contratação por licitação na modalidade **Dispensa de Licitação com disputa eletrônica**.

3. **Autorizo** a contratação **por Dispensa de Licitação**, conforme inciso II, art. 75, da Lei nº 14.133/2021, c/c art. 1º do Decreto nº 12.343/2024.

**JOSÉ ROBERTO PERES**

Delegado de Polícia Federal

Superintendente Regional da Polícia Federal no Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE EDUARDO DE OLIVEIRA MARTINS, Agente Administrativo(a)**, em 17/02/2025, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ROBERTO PERES, Superintendente Regional**, em 17/02/2025, às 19:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOAO SANTOS PEREIRA, Agente de Polícia Federal**, em 21/02/2025, às 20:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VAGNER BOURLIER DE OLIVEIRA SILVA, Agente de Polícia Federal**, em 21/02/2025, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=39796562&crc=E546214A](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=39796562&crc=E546214A).

Código verificador: **39796562** e Código CRC: **E546214A**.